

Sumário

1.	PERFIL DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS.....	2
2.	PRIORIDADES 2025-2028.....	4
2.1.	SAÚDE.....	4
2.2.	SEGURANÇA PÚBLICA.....	4
2.3.	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE	5
2.4.	EDUCAÇÃO	5
3.	SAÚDE.....	6
4.	SEGURANÇA PÚBLICA.....	8
5.	PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	9
6.	INFRAESTRUTURA, TRÂNSITO E TRANSPORTE	12
7.	OBRAS PÚBLICAS	13
8.	MEIO AMBIENTE.....	14
9.	EDUCAÇÃO	16
10.	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	17
11.	CULTURA.....	19
12.	ESPORTE E LAZER.....	20
13.	SERVIDORES PÚBLICOS E CONTRATADOS.....	21
14.	CAUSA ANIMAL.....	22

1. PERFIL DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS

Localização e Características Gerais:

- Estado: Minas Gerais
- Região Metropolitana: Belo Horizonte
- Área: 536,928 km²
- População: 227.397 habitantes (IBGE, 2022)
- Densidade Demográfica: 423,4 hab/km²
- Clima: Tropical úmido
- Altitude: entre 700 e 800 metros acima do nível do mar.

Um Mergulho na História, Economia e Cultura da Cidade

Sete Lagoas, carinhosamente conhecida como "Princesinha das Alterosas", se destaca como um dos municípios mais populosos e importantes de Minas Gerais. Localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, a cidade ostenta um rico passado, uma economia pujante e uma cena cultural vibrante, atraindo visitantes e conquistando o coração de seus habitantes.

O nome da cidade faz referência às sete lagoas que cercavam o arraial inicial, das quais restam apenas duas: a Lagoa Grande e a Lagoa Paulino.

Origens de Sete Lagoas

A história de Sete Lagoas se entrelaça com a saga da exploração do ouro no Brasil colonial. No século XVII, bandeirantes desbravadores, como Fernão Dias, adentraram o sertão mineiro em busca das riquezas minerais escondidas sob a terra. Foi nesse contexto que as primeiras expedições chegaram à região onde hoje se ergue a pujante cidade.

Os Pioneiros e a Descoberta das Sete Lagoas:

Em torno de 1675, bandeirantes liderados por João Leite da Silva Ortiz se depararam com um conjunto de sete lagoas, batizadas em homenagem à beleza natural do local. Essa descoberta marcou o início da ocupação da região, que logo atraiu garimpeiros e aventureiros em busca do tão almejado ouro.

Do Arraial ao Município: Uma Trajetória de Crescimento:

Ao redor das lagoas, um pequeno arraial começou a se formar, impulsionado pela atividade mineradora. Com o passar do tempo, o povoado se desenvolveu, atraindo novos moradores e estabelecimentos comerciais. A agricultura e a pecuária também ganharam espaço na economia local, complementando a renda proveniente da extração do ouro.

Em 1831, o arraial de Sete Lagoas foi elevado à categoria de vila, um marco importante em sua história. Essa mudança administrativa refletia o crescimento populacional e a relevância econômica da região. O desenvolvimento da cidade continuou ao longo do século XIX, impulsionado pela produção de café e pela criação de gado.

A Era Industrial e a Consolidação de Sete Lagoas:

No início do século XX, a chegada da ferrovia e a instalação da siderúrgica Belgo Mineira marcaram o início de uma nova era para Sete Lagoas. A cidade se transformou em um importante polo industrial, atraindo trabalhadores de diversas partes do país. Esse período de industrialização impulsionou o crescimento populacional urbano e a diversificação da economia local.

Em 1924, Sete Lagoas finalmente conquistou sua emancipação política, tornando-se um município independente. Desde então, a cidade trilhou um caminho de constante progresso, consolidando-se como um dos principais centros urbanos e industriais de Minas Gerais.

Um Legado Rico e uma Identidade Vibrante:

Hoje, Sete Lagoas ostenta com orgulho sua rica história e cultura. A cidade preserva diversos monumentos históricos, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo e o Museu Histórico Municipal, que narram os capítulos marcantes da sua trajetória. A cena cultural local é próspera, com destaque para os festivais de música, teatro e cinema que atraem visitantes de todo o estado.

Sete Lagoas: Uma Cidade em Constante Transformação

Sete Lagoas se reinventa a cada dia, abraçando a modernidade sem esquecer suas raízes. A cidade investe em infraestrutura, educação, tecnologia e sustentabilidade, buscando oferecer aos seus habitantes uma vida cada vez melhor. Ao mesmo tempo, preserva suas tradições e valores, construindo um futuro promissor para as próximas gerações.

2. PRIORIDADES 2025-2028

Sete Lagoas é uma cidade que conquista o coração de seus habitantes, sendo frequentemente descrita como um lugar bonito e acolhedor para se viver. Os moradores falam com carinho sobre suas experiências e as boas lembranças que construíram. Conhecida por sua tranquilidade, a cidade destaca-se por paisagens como a Serra Santa Helena e as lagoas, que contribuem para a qualidade de vida local. Além disso, Sete Lagoas tem prosperado economicamente, com a presença de indústrias, como siderúrgicas, que aquecem o mercado de trabalho.

No entanto, a cidade enfrenta desafios que preocupam seus moradores. A iluminação pública deficiente e a sensação de insegurança são questões relevantes, principalmente em áreas centrais. A infraestrutura, com ruas esburacadas e desorganização urbana, clama por melhorias. O setor de saúde também é um ponto crítico, assim como o trânsito, que gera frustração. Há descontentamento com a administração pública, com críticas à atuação de políticos que parecem favorecer apenas certos grupos. Moradores apontam a falta de investimento em turismo, acreditando que a cidade tem muito a oferecer, mas carece de ações concretas para promover seus atrativos. Essa percepção de que “ainda há muito a melhorar” reflete o desejo de mudanças significativas para tornar Sete Lagoas um lugar mais justo e próspero.

Assim, as prioridades para este plano de governo são:

2.1. SAÚDE

A saúde em Sete Lagoas requer melhorias significativas em relação à disponibilidade de médicos e profissionais especializados, bem como nos serviços oferecidos, medicamentos e insumos. A infraestrutura das unidades de saúde necessita de modernização, reformas e manutenção constante. É essencial que essas ações sejam implementadas desde a atenção primária até os serviços de alta complexidade, a fim de garantir um atendimento de qualidade à população. Somente com um foco renovado na área da saúde será possível assegurar que os serviços estejam disponíveis, acessíveis e ofereçam atendimento ágil.

2.2. SEGURANÇA PÚBLICA

A revisão das políticas de segurança pública é fundamental, com a necessidade de uma maior colaboração entre a Prefeitura e as forças de segurança estaduais e federais. É crucial aumentar o efetivo da Guarda Municipal, revisando a carreira, e oferecendo suporte de infraestrutura, viaturas e equipamentos. A articulação entre Guarda Municipal, Polícias Civil e Militar, Polícia Rodoviária e Bombeiros deve ser fortalecida para maximizar a eficiência nas operações.

A implementação de estratégias eficazes de policiamento, junto à criação de políticas de segurança específicas para escolas e servidores públicos, também é essencial.

A Defesa Civil deve ser aprimorada, com um planejamento robusto para identificar riscos e formular planos de prevenção.

2.3. INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

A carência de investimento municipal no setor de infraestrutura e transporte é um problema que afeta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e o desenvolvimento econômico de Sete Lagoas. A falta de recursos destinados a essas áreas resulta em estradas mal conservadas, transporte público ineficiente e uma série de outros desafios que impactam negativamente o cotidiano da população da cidade.

Em Sete Lagoas, a infraestrutura urbana está em estado precário. Ruas esburacadas, falta de pavimentação e sinalização inadequada são problemas comuns que dificultam a mobilidade e aumentam o risco de acidentes. Além disso, a ausência de investimentos em transporte público leva à superlotação dos ônibus, atrasos constantes e um serviço de baixa qualidade, desestimulando o uso de meios de transporte coletivos e contribuindo para o aumento do tráfego e da poluição.

A falta de planejamento e de investimentos são os principais obstáculos para a melhoria da infraestrutura e do transporte na cidade.

2.4. EDUCAÇÃO

A educação precisa de investimentos em reforma e modernização de sua infraestrutura, para os quais a Prefeitura precisa encontrar alternativas para viabilizá-las.

A qualidade do ensino passa por condições adequadas de trabalho e de carreiras fortalecidas.

As oportunidades frente as gerações futuras precisam ser efetivadas e são detalhas no tópico específico.

2.5. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Para promover a geração de emprego e renda na cidade, devem ser fortalecidas e ampliadas as cadeias produtivas locais e fortalecendo parcerias entre a Prefeitura e instituições como o Sebrae e outras entidades do “Sistema S”, aumentando as oportunidades para o micro e pequeno empresário. Além disso, garantir a segurança pública, já detalhada em tema específico, e atrair novas empresas também é variável fundamental para o crescimento econômico.

Através da criação de um calendário anual de eventos, fundamental para estimular a troca de experiências e atrair investidores, movimentar a economia local em todos os seus segmentos.

Requalificar espaços e investir no Turismo fortalece a economia da cidade, contribuindo para a inclusão social e a valorização do patrimônio local.

Além das prioridades, muito tem a ser feito em cada área de atuação da Prefeitura. Passamos ao detalhamento de cada uma:

3. SAÚDE

Nos últimos anos, Sete Lagoas avançou na busca por recursos para a saúde, implementando programas como o "Saúde em Casa" e estendendo o horário de atendimento nas unidades básicas. Contudo, uma cidade do porte de Sete Lagoas requer serviço de saúde de qualidade superior. A percepção geral é de que o serviço precisa melhorar (e muito).

Atualmente, a maioria das Unidades Básicas de Saúde (UBS) opera em casas alugadas e adaptadas, com apenas 3 a 5 unidades construídas especificamente para essa finalidade. Essa limitação estrutural compromete a capacidade de oferecer uma gama completa de serviços, como odontologia e atendimentos especializados. Na atenção primária, é fundamental manter equipes completas. O esforço contínuo em garantir a presença de profissionais capacitados é essencial. Embora a cobertura dos Programas de Saúde da Família (PSF) seja ampla, a infraestrutura inadequada das unidades prejudica um atendimento mais abrangente e eficiente para a população, restringindo a oferta de serviços e impactando negativamente a qualidade do atendimento.

A atenção primária à saúde precisa se atentar em relação ao atendimento de diferentes faixas etárias e grupos populacionais. É preciso haver uma melhor divisão de qual unidade ou setor atende cada faixa etária evitando sobrecarga e equalizando o volume de atendimento por unidade de saúde. Essa situação ressalta a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e de ações que contemplem todos os grupos populacionais de maneira equitativa, garantindo que todos recebam o suporte necessário e promovendo uma melhor integração dos serviços de saúde.

De forma geral na Prefeitura, e se repete na área de saúde, há carência de carreiras bem definidas e estruturadas, com profissionais efetivos, com formação adequada e atualização profissional constante. Concursos públicos recentes não conseguiram suprir a demanda, em parte devido à questão salarial e à estabilidade limitada. A grande rotatividade de profissionais e a baixa valorização das carreiras também impacta na baixa qualidade dos serviços. Para atividades administrativas, há necessidade de quadros específicos, liberando profissionais da área de saúde para disponibilizar mais tem as atividades finalísticas.

No tocante aos médicos, há necessidade de pensar alternativas para aumentar a retenção de profissionais na rede, como, por exemplo, a implementação de programas de residência em medicina de saúde comunitária poderia ser uma solução eficaz, proporcionando formação adequada e incentivando a permanência dos profissionais no município.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) foi regionalizado, mas que não trouxe melhorias significativas para o município de Sete Lagoas. A regionalização não aumentou o número de profissionais ou ambulâncias. Deve-se analisar em que medida o atendimento de áreas mais distantes pode ter comprometido a cobertura local.

Em relação aos serviços ambulatoriais e clínicas especializadas, existe um gargalo, com volume de demanda alto e oferta reduzida de profissionais e serviços. Especialidades como oftalmologia, angiologia e neurologia enfrentam maior dificuldade de atendimento, exacerbada pela dependência de cooperativas médicas que atendem toda a região. Essa situação gera reclamações tanto da população quanto dos profissionais de saúde, que não conseguem obter retornos adequados para os pacientes.

Há uma necessidade urgente de melhorias na atenção à saúde mental, que se tornou ainda mais crítica após a pandemia de COVID-19. A ausência de ações preventivas e de atendimento adequados tem dificultado o enfrentamento do aumento da demanda por serviços nessa área. É fundamental também direcionar esforços a grupos específicos, como homens e adolescentes, que frequentemente ficam à margem dos programas de saúde disponíveis, sem perder foco no atendimento dos demais segmentos, como mulheres, crianças e idosos. Essa abordagem é essencial para garantir que todos recebam o suporte necessário e para abordar de forma eficaz as particularidades de cada grupo.

A cidade possui um laboratório municipal que realiza exames de baixa complexidade. É preciso analisar quais tipos de exames muito demandados deveriam ser atendidos de forma local.

No tocante a insumos e medicamentos, Sete Lagoas tem tido problemas, com medicamentos vencidos ou disponíveis e não divulgados aos profissionais. Estas falhas na logística e na comunicação das farmácias municipais. Há uma carência de farmácias nas unidades de saúde e as que existem têm medicamentos básicos, muitas vezes ineficazes, o que acarreta em custos maiores a longo prazo devido ao mau controle das doenças.

A alta complexidade também é afetada pela dependência de Belo Horizonte. Com isso, a variabilidade na oferta de vagas dificulta o planejamento e a gestão dos atendimentos. Deve-se buscar recursos para que Sete Lagoas tenha maior autonomia, reduzindo a dependência da capital para procedimentos que poderiam ser realizados localmente, otimizando a gestão de vagas e melhorando o atendimento.

A maternidade, única na região, sofre com a alta demanda devido ao crescimento populacional. Além dela, a cidade possui dois hospitais que atendem pelo SUS, mas que são insuficientes para a demanda local e regional: o Hospital Municipal, originalmente uma escola adaptada para funcionar como hospital, precisa de expansão e melhorias para atender adequadamente a população de Sete Lagoas e dos municípios vizinhos. Ainda assim, ele é referência em traumatologia e algumas cirurgias. O outro, o Hospital Nossa Senhora das Graças é focado em para questões cardiológicas. No entanto, muitas especialidades precisam ser referenciadas em Sete Lagoas. A criação do centro de radiologia é um bom exemplo de ações nesse sentido.

As unidades de saúde, em todos os níveis de complexidade, precisam de reforma e também de manutenção periódica. Muitos dos edifícios utilizados não foram construídos para atividades de saúde, resultando em instalações inadequadas e de difícil acesso para pacientes com mobilidade reduzida. E, além disso, há necessidade de revisão de onde a demanda pelo serviço existe e onde o mesmo é prestado na cidade, em especial os de saúde básica, para aproximar mais dos pontos de origem da demanda.

Para viabilizar a melhoria da infraestrutura, equipamentos e informatização dos serviços, a Prefeitura precisa identificar formas de captar recursos, sejam eles públicos ou privados, para realizar uma transformação de qualidade nos serviços.

A melhoria dos serviços de saúde passa por melhorar os protocolos de saúde, aumentar o cofinanciamento federal e estadual. E isso é possível através de melhorias nos controles e registros de procedimentos, que traz dois efeitos positivos:

- 1) Uma parte significativa dos gastos em saúde pode ser cofinanciados junto à União e ao Estado, mas isso depende de o município demonstrar a execução de procedimentos de

acordo com formatos pré-definidos por esses entes. Ao gerenciar cuidadosamente as ações realizadas, o município tem a oportunidade de custear parte dos serviços com recursos federais e estaduais, o que, por sua vez, contribui para aumentar o orçamento municipal. Essa estratégia não apenas melhora o financiamento da saúde local, mas também otimiza a alocação de recursos públicos.

- 2) Ao estabelecer protocolos de saúde (diretrizes padronizadas que estabelecem procedimentos para o atendimento e gestão de serviços de saúde) também é possível aumentar a qualidade e segurança no atendimento ao paciente. Eles também ajudam a reduzir custos e aumentar a eficiência nos serviços públicos municipais, minimizando erros e desperdícios, facilitando a monitorização e avaliação de resultados e agilizando o atendimento. Com informações precisas sobre a execução dos serviços, é possível justificar a alocação de recursos federais e estaduais, melhorando o financiamento e proporcionando uma experiência mais positiva para a população.

Para melhorar os controles, a informatização dos serviços de saúde permite aumentar a eficiência e reduzir custos. A integração dos sistemas permitiria que os médicos acessassem exames e históricos de pacientes de forma mais rápida e eficiente, evitando a repetição desnecessária de exames. No entanto, o município adquiriu um prontuário eletrônico que não funciona de forma efetiva e está defasado, sem infraestrutura adequada para suportá-lo nas unidades de saúde.

Assim, a proposta de melhoria inclui a estruturação de uma atenção primária eficiente, com profissionais qualificados e responsáveis. A prevenção e a promoção da saúde são cruciais, com ênfase na educação da população para buscar os locais corretos de atendimento. Um sistema de atenção primária bem estruturado deve ser capaz de encaminhar os casos necessários para serviços secundários e terciários de forma ágil, evitando atrasos em diagnósticos e tratamentos que podem resultar em internações mais custosas.

4. SEGURANÇA PÚBLICA

A crescente percepção de insegurança em Sete Lagoas reflete uma realidade alarmante vivida pela população. Dados oficiais revelam um aumento nas taxas de homicídios e outros indicadores de violência urbana no município, evidenciando a urgência de uma revisão nas políticas de segurança pública. É imprescindível que a Prefeitura e a Guarda Municipal intensifiquem a colaboração com as forças de segurança estaduais e federais para enfrentar essa crise.

No âmbito da assistência social, um número significativo de pessoas em situação de vulnerabilidade e de rua clama por atenção imediata. Essa questão é particularmente evidente no centro da cidade, onde o comércio e os serviços se veem ameaçados por uma criminalidade em ascensão. A escassez de patrulhamento e a sensação de insegurança na região contribuem para o agravamento dessa situação.

A responsabilidade pela segurança pública é compartilhada entre os diferentes níveis de governo, conforme delineado pela Constituição Federal e legislações subsequentes, com atribuições significativas para a União e o Estado. A legislação recente tem destacado a importância das guardas municipais no sistema de segurança pública, definindo competências específicas tanto para a proteção patrimonial quanto para a segurança geral. No entanto, a Guarda Municipal de Sete Lagoas opera atualmente em um imóvel cedido pela Secretaria de

Educação, em condições inadequadas para suas funções. Apesar de ter recebido armamento e equipamentos básicos, a estrutura disponível é insuficiente para garantir uma atuação eficaz. Além disso, o efetivo, as condições de carreira e as remunerações estão muito aquém do que seria necessário para um município com mais de 227 mil habitantes. As viaturas alugadas são inadequadas para diversos tipos de terreno, e a falta de equipamentos essenciais, como pistolas elétricas, agrava a sensação de insegurança entre os agentes.

Em relação às Polícias Civil e Militar, cabe ao município reivindicar a recomposição dos efetivos, que têm diminuído ao longo dos anos, e oferecer suporte por meio de parcerias com essas instituições, auxiliando na infraestrutura, equipamentos e equipes de apoio. Essa colaboração pode resultar em um aumento do efetivo policial nas ruas.

A Prefeitura deve assumir um papel de liderança na articulação entre a Guarda Municipal, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária, buscando maximizar a eficácia e a atuação conjunta dessas instituições. Modelos integrados, já implementados em outras cidades, demonstraram resultados positivos em termos de alocação eficiente de recursos e resposta a emergências. A construção de parcerias na segurança pública é fundamental, especialmente no que diz respeito à colaboração com as Polícias e o Corpo de Bombeiros. A legislação atual exige que o município mobilize o Estado para acessar fundos nacionais de segurança pública, mas muitas vezes esses recursos acabam sendo absorvidos pela Polícia Militar, deixando outras áreas essenciais sem assistência.

Dentro da atuação municipal, é crucial implementar estratégias eficazes de policiamento e fortalecer a Guarda Municipal por meio da atualização de carreira, criação de novas vagas e investimento em equipamentos e inteligência. A violência também tem atingido escolas e repartições públicas, o que demanda a implementação de políticas de segurança específicas. A criação de uma política pública de segurança básica, que inclua a proteção de servidores públicos e a segurança escolar, é essencial para enfrentar a crescente violência.

Ademais, a Defesa Civil deve ser estruturada de forma distinta da Guarda Municipal, com foco em mapeamento de áreas de risco, formulação de planos de prevenção e contingenciamento, além de uma melhor adequação em termos físicos, de corpo técnico e equipamentos. A falta de um planejamento robusto limita a capacidade da Defesa Civil de minimizar os impactos de eventos climáticos adversos.

Como medidas complementares para a segurança, destacam-se a melhoria da iluminação pública, que pode ser realizada em parceria com a iniciativa privada por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP), sistemas de videomonitoramento, como o programa “Olho Vivo”, e a implementação de radares para monitorar veículos suspeitos na cidade. A adoção dessas iniciativas pode contribuir para a construção de um ambiente mais seguro e acolhedor para todos os cidadãos de Sete Lagoas.

5. PLANEJAMENTO URBANO

O Plano Diretor é um elemento crucial para o desenvolvimento urbano de Sete Lagoas, atuando como um guia estratégico para o uso e a ocupação do solo, a infraestrutura e os serviços públicos, além de ser vital para a promoção da qualidade de vida dos cidadãos. Ele deve ser elaborado e revisto com a participação ativa da população e de diversos segmentos da sociedade, esse plano estabelece diretrizes que asseguram um crescimento ordenado e

sustentável da cidade, definindo onde e como as áreas urbanas devem se expandir. Para que Sete Lagoas cresça de maneira organizada, é necessário consolidar essa visão, modernizando o planejamento urbano para permitir o uso misto dos espaços—integrando moradia, trabalho, serviços e lazer em todas as regiões, evitando deslocamentos desnecessários.

Atualmente, a atualização do registro cartográfico de Sete Lagoas, que inclui novos loteamentos, está em dia; no entanto, a Prefeitura ainda não utiliza esses dados para formular políticas públicas eficazes. A falta de integração entre o planejamento e a implementação de políticas resulta em um crescimento urbano desorganizado e ineficiente.

A legislação complementar, que abrange a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras, o Código de Posturas, a Lei de Parcelamento do Solo, a Lei de Mobilidade Urbana, a Lei de Habitação de Interesse Social e a Legislação Ambiental, desempenha um papel vital na efetivação das diretrizes do Plano Diretor. A Lei de Uso e Ocupação do Solo, por exemplo, define as áreas destinadas a diferentes atividades, garantindo um crescimento urbano equilibrado e adequado. O Código de Obras e o Código de Posturas regulam as condições de construção, assegurando segurança e funcionalidade. É urgente revisar o Código de Posturas para equilibrar os interesses de todos os segmentos sociais, assegurando que a infraestrutura urbana atenda às necessidades de todos.

Nos últimos anos, o Código de Obras foi revisado, simplificando o processo de aprovação de projetos e acelerando investimentos na cidade. Contudo, ajustes ainda são necessários em relação ao uso e ocupação do solo, especialmente no que tange à acessibilidade e mobilidade. A construção de múltiplas casas em um único lote, por exemplo, tem gerado problemas de acessibilidade para pedestres, incluindo cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, além de uma escassez de vagas para estacionamento. Outro ponto a ser revisto é a presença de grandes vazios urbanos subutilizados na área urbana.

A Lei de Parcelamento do Solo é essencial para regular a divisão de terrenos e a criação de novos loteamentos, enquanto a Lei de Mobilidade Urbana promove a integração dos sistemas de transporte, facilitando a circulação de pessoas e bens. A Lei de Habitação de Interesse Social, por sua vez, garante a inclusão de moradias para a população de baixa renda, contribuindo para a equidade social. A Legislação Ambiental assegura a proteção de áreas verdes e a preservação dos recursos naturais, essenciais para a qualidade de vida urbana.

Essas legislações não apenas refletem os resultados do planejamento de longo prazo, mas também induzem iniciativas privadas, criando um ambiente propício ao desenvolvimento urbano sustentável. Ao estabelecer regras claras e objetivos comuns, o Plano Diretor e sua legislação complementar incentivam investimentos que respeitem as diretrizes de uso do solo, promovendo a infraestrutura necessária e assegurando que o crescimento da cidade atenda às necessidades de seus habitantes, respeitando o meio ambiente.

Um aspecto que demanda revisão é a Lei de Uso e Ocupação do Solo, especialmente no que se refere à regularização de construções irregulares. Para facilitar a regularização, é essencial criar mecanismos educativos e orientativos que vão além da mera aplicação de multas, pois penalidades severas podem inviabilizar o processo, especialmente para as pessoas de baixa renda. A proposta é educar a população sobre o processo de regularização, aplicando penalidades apenas em casos de reincidência. Sugere-se a implementação de cartilhas educativas, a valorização de associações comunitárias e o uso de contrapartidas para financiar materiais educativos como métodos eficazes.

Além disso, é crucial educar a população sobre a importância da permeabilidade do solo para evitar problemas de drenagem e deterioração do asfalto. Um trabalho educativo em escolas e associações pode ter um grande impacto a longo prazo, garantindo que os cidadãos compreendam e colaborem com as normas urbanísticas.

A expansão descontrolada para áreas rurais representa um desafio, especialmente considerando a segregação social resultante dos loteamentos distantes. Os moradores desses novos desenvolvimentos frequentemente enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos e oportunidades de emprego.

A preservação dos espaços públicos, como canteiros centrais e praças, pode ser promovida por meio de parcerias com a iniciativa privada, seguindo o modelo de “amigos da praça”, já utilizado em diversos municípios. Essa colaboração pode revitalizar esses espaços, tornando-os mais seguros e agradáveis para a comunidade.

6. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Promover desenvolvimento econômico sustentável que beneficie toda a comunidade é um objetivo a ser perseguido. Para continuar crescendo, é fundamental que Sete Lagoas preste atenção às atividades que realmente movimentam a economia local, criando um ambiente propício para novos investimentos e para o fortalecimento dos negócios já existentes.

Nos últimos anos, a cidade atrai um número significativo de empresas, consolidando-se como um polo industrial e comercial. No entanto, ainda há espaço para a instalação de muitas outras empresas, especialmente em setores que complementam a economia local. Para isso, é necessário desenvolver estratégias que não apenas atraiam novos investimentos, mas também estimulem a diversificação da base econômica.

Um dos caminhos mais promissores é pensar na cadeia de serviços que gravita em torno da economia local. Essa abordagem oferece uma oportunidade valiosa para micro e pequenos empresários, que podem se beneficiar do crescimento das grandes empresas e da ampliação da oferta de serviços na região. Tal iniciativa deve ser potencializada com um trabalho mais próximo a organizações como o Sebrae. Ao fomentar a criação de negócios locais, a cidade não apenas fortalece sua economia, mas também gera empregos e incentiva a inovação.

A Prefeitura desempenha um papel crucial nesse processo. Para garantir um ambiente de negócios dinâmico, é essencial que a administração pública amplie suas parcerias com instituições privadas e com entidades do “Sistema S”, que oferecem suporte ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico. Essas colaborações podem resultar em programas de capacitação, orientação e acesso a crédito, proporcionando aos empreendedores locais as ferramentas necessárias para prosperar em um mercado competitivo.

Além disso, o fortalecimento do ecossistema empresarial local pode ser estimulado por meio de eventos que promovam o networking entre empresários, como workshops e feiras de negócios. Essas iniciativas não apenas incentivam a troca de experiências, mas também atraem a atenção de investidores e potenciais parceiros comerciais. Para maximizar esse potencial, é fundamental que a cidade planeje e mantenha um calendário anual de eventos abrangendo todos os segmentos — cultural, social, esportivo, de lazer, econômico e educacional. Essa estratégia não apenas movimenta a economia local, mas também deve contar com o apoio da Prefeitura para garantir sua efetividade e alcance.

Sete Lagoas possui um grande potencial turístico que não tem sido explorado adequadamente. Criar ou renovar marcos turísticos, como placas informativas sobre as lagoas que dão nome à cidade, poderia aumentar o reconhecimento e atratividade da região. Além disso, a valorização dos bens históricos, por meio de incentivos (como descontos no IPTU para preservação) é uma abordagem importante para proteger o patrimônio da cidade. A cidade poderia se beneficiar da criação de novos pontos turísticos e estruturas que atraem visitantes, o que ajudaria a movimentar o comércio local e gerar mais recursos para a cidade.

Além disso, há uma oportunidade ao se requalificar as áreas de favela da cidade, transformando-as em pontos de referência positiva. Isso poderia ser feito através de associações geridas pela prefeitura, promovendo cooperativismo e educação para os moradores. A requalificação das favelas não apenas melhoraria a infraestrutura, mas também poderia estimular o turismo e aumentar o potencial econômico da cidade.

Outro aspecto importante é a infraestrutura da cidade, que deve ser constantemente aprimorada para suportar o crescimento econômico. Investimentos em transporte, logística e tecnologia são fundamentais para que as empresas possam operar com eficiência e competitividade. Isso inclui a melhoria das vias de acesso, a expansão de serviços de internet de alta qualidade e a criação de espaços adequados para a instalação de novos empreendimentos.

Por fim, o planejamento urbano deve ser alinhado com as necessidades do setor produtivo, garantindo que as áreas destinadas a atividades econômicas sejam devidamente equipadas e localizadas estrategicamente. Essa visão integrada pode resultar em um crescimento ordenado, onde todos os segmentos da sociedade se beneficiem do desenvolvimento econômico.

Ao adotar uma abordagem proativa e colaborativa, a cidade não apenas poderá atrair novos investimentos, mas também fortalecerá sua economia local, garantindo um futuro próspero para seus habitantes. O desenvolvimento econômico é um processo contínuo que requer atenção, inovação e uma forte colaboração entre a administração pública, empresários e a comunidade. Com ações estratégicas, é possível transformar desafios em oportunidades, criando um ambiente próspero e sustentável para todos.

7. TRÂNSITO E TRANSPORTE

O trânsito e transporte em Sete Lagoas requer atenção imediata da Prefeitura, uma vez que a cidade enfrenta sérios desafios de infraestrutura e segurança. Muitas ruas se encontram em estado precário, comprometendo a eficiência do transporte e impactando negativamente a economia local.

O cenário do trânsito em Sete Lagoas é preocupante. Com um aumento significativo no número de acidentes, a cidade se destaca entre as mais letais do Estado. A frota de veículos, que já supera 0,4 carros por habitante, tem ampliado os problemas de congestionamento e mobilidade urbana. Embora a malha viária tenha sido expandida nos últimos quatro anos, as intervenções foram tímidas e de baixa qualidade, o que não resolveu os problemas estruturais existentes. Para melhorar a fluidez do trânsito, é essencial que essa expansão esteja alinhada com um Planejamento Urbano eficiente e coerente com o Plano Diretor e o Código de Posturas. Só assim se tornará mais efetiva e garantirá melhor conectividade entre as áreas da cidade.

A mobilidade é um problema crucial que impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. Não houve avanços significativos na gestão de tráfego, e a Prefeitura precisa revisar essas estratégias, captando recursos para implementá-las de forma eficaz. O Departamento de Educação no Trânsito pode estabelecer parcerias com empresas para promover palestras e campanhas educativas, que já foram reconhecidas anteriormente com prêmios do Observatório Nacional de Segurança Viária.

É necessário implementar medidas para enfrentar o crescente congestionamento. Melhorias na manutenção das vias e na sinalização, tanto vertical quanto horizontal, devem ser baseadas em análises técnicas. A fiscalização de trânsito precisa se tornar mais efetiva, indo além do estacionamento rotativo e da aplicação da Lei Seca pela Polícia Militar. O estacionamento rotativo, por sua vez, precisa melhorar seus critérios técnicos e a comunicação com a população, garantindo clareza e modernização nos serviços prestados.

Com o fortalecimento da Guarda Civil Municipal, a fiscalização na área de trânsito pode se tornar mais rigorosa. A falta de controle sobre infrações comuns tem contribuído para um trânsito desordenado e perigoso. Além disso, o planejamento urbano deve considerar estudos de impacto de trânsito e estacionamento adequado, visando aumentar a eficácia das políticas públicas nesse setor.

Outro ponto crucial é a melhoria do transporte público. É necessário criar uma rede mais eficiente, que inclua linhas circulares e pontos de integração, como uma central próxima à UPA. O transporte público e o serviço de táxis enfrentam dificuldades similares, como fiscalização inadequada e falta de integração com novos serviços de transporte.

O Conselho Municipal de Trânsito, instituído no final de 2023, precisa assumir uma atuação mais ativa e constante na supervisão da mobilidade urbana. A falta de investimentos em educação no trânsito e a inatividade de tecnologias modernas, como softwares de leitura automática de placas, destacam a necessidade urgente de atualização e inovação.

8. OBRAS PÚBLICAS

A rede de drenagem e na manutenção de córregos para combater os problemas de alagamento em áreas críticas, como a Avenida Equador, Santa Helena, Dona Dora e trechos da Avenida Renata Azeredo demanda um estudo e análise de alternativas. A situação do saneamento básico é igualmente preocupante, com esgoto a céu aberto e drenagem inadequada em diversos bairros, o que contribui para a degradação ambiental e afeta a qualidade de vida dos moradores. Casos de caixas sépticas que contaminam áreas ao redor ressaltam a urgência de uma revisão nos processos de engenharia e de uma abordagem mais eficaz para a manutenção e o desenvolvimento urbano.

Nos últimos anos, os investimentos em saneamento têm sido limitados, com ações pontuais em locais como a Avenida Guimarães Rosa e melhorias em Panorama, Alagoas e Cercadinho. A falta de coordenação entre as secretarias e a ausência de um plano diretor integrado dificultam um desenvolvimento mais eficiente e coeso, resultando em empreendimentos imobiliários descoordenados e bairros que carecem de infraestrutura básica e serviços essenciais. Para amenizar essa situação, é crucial encontrar alternativas que permitam ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) cumprir seu papel, realizando os aportes de recursos necessários para melhorar as redes de água e esgoto. Essa reestruturação não só resolveria problemas de

saneamento, mas também contribuiria para a revitalização das ruas e da infraestrutura urbana, impactando positivamente a segurança e a qualidade do trânsito na cidade.

A manutenção de prédios públicos, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência, enfrenta dificuldades devido à limitação de recursos. Enquanto recursos federais e estaduais ajudam na manutenção de edifícios dessas áreas, outros prédios públicos dependem exclusivamente do orçamento municipal. As praças e parques também sofrem com a falta de manutenção regular, resultando em intervenções esporádicas e superficiais.

No que se refere às vias públicas, as obras de recapeamento e sinalização têm sido frequentemente paliativas, resultando em reparos temporários que não resolvem problemas estruturais a longo prazo. A coordenação com prestadoras de serviços, como o SAAE, tem se mostrado problemática, com ruas recém-pavimentadas sendo danificadas rapidamente por novas obras de infraestrutura.

A limpeza urbana é gerida por uma combinação de secretarias e uma Companhia Municipal criada nos anos 90, que enfrenta dificuldades financeiras que precisam ser analisadas pela nova gestão. O serviço de capina é realizado periodicamente, mas frequentemente só quando a situação já está bastante deteriorada. Embora a coleta de resíduos e o tratamento estejam funcionando, a manutenção das áreas públicas ainda precisa de melhorias significativas.

Os cemitérios municipais, sob a administração da Secretaria de Administração, também são alvo de críticas pela falta de cuidado. A fiscalização das obras urbanísticas, responsabilidade da Secretaria de Obras, conta com engenheiros e arquitetos para supervisão e aprovação de projetos, tanto públicos quanto de terceiros. No entanto, a eficiência dessa fiscalização pode variar, destacando a necessidade de uma abordagem mais integrada para aprimorar a infraestrutura e os serviços urbanos da cidade.

Ademais, a entrada da cidade, que funciona como cartão postal, merece atenção especial para melhorar seu embelezamento e apresentação.

Existe uma grande oportunidade com a modernização da iluminação pública, realizando a concessão do serviço e promovendo a troca das lâmpadas por modelos LED, o que não apenas traz melhorias na estética, mas também contribui para a eficiência energética e segurança nas vias.

9. MEIO AMBIENTE

Sete Lagoas enfrenta desafios em relação ao meio ambiente, mas também apresenta boas oportunidades para o desenvolvimento sustentável. Um dos principais pontos a serem abordados é a necessidade de reavaliação da drenagem urbana, especialmente diante das mudanças climáticas. A criação de "áreas esponjas", que funcionam como áreas de absorção de água, é essencial. Atualmente, a cidade carece de um plano de contenção que mapeie e delimite áreas de risco, orientando a população e as ações do poder público em situações de emergência. Esse plano deve ser incorporado à legislação de uso e ocupação do solo, garantindo que o adensamento urbano considere as especificidades ambientais de cada região.

Embora Sete Lagoas possua várias áreas de preservação, como a Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Helena e a APA dos Machados, é urgente implementar um programa efetivo para sua gestão e proteção, o que poderia gerar receitas por meio do ICMS Ecológico. O estudo de

impacto de vizinhança deve ser aprimorado para evitar conflitos urbanos, enquanto a compensação ambiental precisa ser atualizada e alinhada com o Planejamento Urbano, visando a recomposição de áreas afetadas.

Para melhorar a situação ambiental da cidade, é vital adotar boas práticas que já demonstraram eficácia em outros contextos. Envolver a sociedade em projetos de preservação e reflorestamento, como o projeto ciliar, é uma abordagem valiosa, ainda que atualmente careça de apoio municipal. A reciclagem também precisa de atenção; Sete Lagoas já teve um sistema eficiente de gestão de resíduos que foi descontinuado. A reestruturação desse sistema é essencial para melhorar a gestão do lixo e refletir um compromisso com a sustentabilidade.

A destinação de resíduos atualmente é feita em um aterro municipal que recebe todos os tipos de resíduos, recicláveis e não recicláveis, sem a separação adequada. Essa situação resulta em um volume excessivo de resíduos depositados, que poderia ser evitado com uma gestão mais eficiente. A Lagoa do Matadouro de Vapabuçu é um exemplo de área que demanda recuperação urgente, e a manutenção de áreas verdes deve ser uma prioridade, buscando recursos para viabilizar essas ações.

A proteção de cursos d'água, como o Sapê e o Córrego dos Machados, é fundamental para evitar a contaminação, especialmente considerando que o tratamento de esgoto na cidade ainda não está efetivo. A fiscalização ambiental no município é insuficiente, com muitas irregularidades passando despercebidas. É necessário fortalecer a colaboração com a Secretaria Estadual para resolver conflitos de competência e aumentar a eficácia das políticas públicas de meio ambiente.

O processo de licenciamento ambiental, que foi municipalizado até a classe 3, enfrenta dificuldades devido à alta demanda e recursos limitados. Os estudos de impacto ambiental precisam ampliar seu escopo para considerar variáveis econômicas e sociais, além dos impactos ambientais. É imprescindível revisar e aprimorar esses estudos para garantir um desenvolvimento sustentável e equilibrado.

O município carece de programas específicos para a proteção e manejo da fauna silvestre. A pressão sobre áreas como a Serra de Santa Helena devido ao crescimento urbano tem resultado em atropelamentos de espécies, como a jaguatirica e o veado campeiro, sem que haja iniciativas coordenadas para mitigar esses impactos. A próxima gestão deve priorizar parcerias com o Governo Estadual para implementar ações efetivas de proteção da fauna local.

A infraestrutura urbana também necessita de uma gestão mais eficiente das praças e parques públicos, transformando esses espaços em áreas que absorvam água da chuva e proporcionem conforto térmico. Esses locais podem atuar como "cidades-esponjas", ajudando a mitigar problemas de alagamento durante períodos de chuva intensa. As principais demandas ambientais da comunidade incluem a revitalização de áreas abandonadas e a implementação de sistemas eficazes de gestão de resíduos e tratamento de esgoto.

É necessário rever as regras e a composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente para garantir alinhamento com a política de desenvolvimento econômico sustentável. A preparação da cidade para as mudanças climáticas é uma prioridade urgente. Criar planos de contingência que mapeiem áreas de risco e orientem a população em situações de emergência é essencial. A elaboração de uma legislação robusta voltada para a adaptação às mudanças climáticas é fundamental para garantir um futuro sustentável para Sete Lagoas.

10. EDUCAÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento de qualquer cidade, e em Sete Lagoas, a necessidade de implementar ou manter medidas educacionais é mais urgente do que nunca. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) revela um cenário desafiador, com notas abaixo do ideal, o que evidencia a importância de focar na melhoria do desempenho acadêmico. Para elevar o padrão educacional, é imprescindível adotar uma política pedagógica mais eficaz, que inclua uma inspeção escolar regular e uma coordenação integrada entre a rede municipal e estadual.

Garantir o acesso universal à educação, desde a educação infantil até o ensino fundamental, deve ser uma prioridade. A administração pública precisa buscar alternativas que permitam um investimento contínuo na qualidade das escolas e no apoio aos educadores, promovendo uma gestão mais participativa e representativa. O fortalecimento do acompanhamento pedagógico com avaliações frequentes e suporte efetivo aos professores é crucial para implementar melhores práticas de ensino, além de reduzir os prazos para a contratação de professores substitutos.

A valorização das carreiras dos servidores públicos da educação (tratada em tópico específico) é essencial para formar quadros da Secretaria de Educação com profissionais comprometidos e visionários, capazes de implementar novas estratégias que vão além das abordagens tradicionais. Criar políticas efetivas de inclusão e apoio pedagógico, como estágios e formação continuada, também é fundamental para fortalecer a estrutura educacional.

Outro avanço importante é a integração do Conselho Tutelar diretamente com as escolas, que agiliza o atendimento às demandas de proteção e assistência social dos alunos. Além disso, a melhoria na gestão de tecnologia e informação e a incorporação de novas metodologias educacionais são necessárias para aprimorar a experiência de aprendizagem. Transformar as bibliotecas escolares em espaços atrativos, com projetos de contação de histórias e investimentos em novos livros, pode ser uma maneira eficaz de promover o interesse pela leitura.

As unidades escolares enfrentam desafios estruturais sérios, como problemas de infraestrutura, falta de materiais básicos e a necessidade de reformas. Portanto, a Prefeitura deve buscar recursos para ampliar o número de vagas na educação infantil, especialmente em creches em tempo integral, beneficiando as mães que dependem desse suporte para trabalhar. O transporte escolar também precisa ser corrigido, principalmente para atender os alunos de áreas rurais.

As questões de segurança nas escolas, especialmente relacionadas ao tráfico de drogas, precisam de atenção especial, assim como a qualidade da merenda escolar, que deve ser melhorada com cardápios nutricionais adequados e maior participação de fornecedores da agricultura familiar. Nesse sentido, estabelecer parcerias com instituições como a EMATER e o SENAR pode criar oportunidades valiosas para o fortalecimento da agricultura local.

Além disso, a aproximação dos alunos a atividades lúdicas, esportivas e culturais é crucial para um desenvolvimento integral. A segurança alimentar e a saúde dos alunos também merecem atenção, pois muitos aguardam diagnósticos neurológicos, e iniciativas como um mutirão de oftalmologia podem fazer a diferença.

Por fim, é necessário melhorar a gestão do Fundeb e garantir a transparência e eficiência na utilização dos recursos educacionais. Relatos de devolução de verbas destinadas à compra de equipamentos para as salas de aula mostram a urgência em sanar essas falhas.

Uma abordagem integrada e comprometida por parte da Prefeitura pode transformar a educação em Sete Lagoas, focando não apenas na qualidade acadêmica, mas também no bem-estar e desenvolvimento integral dos estudantes.

11. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social de Sete Lagoas, anteriormente conhecida como Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, atualmente foca exclusivamente em assistência social. A estrutura atual da secretaria inclui 4 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com mais 6 pontos de atendimento nas áreas periféricas. Esses centros oferecem serviços de convivência e gestão do Cadastro Único.

A separação do setor de Direitos Humanos deixou conselhos como o da igualdade social, da pessoa com deficiência e dos idosos à margem, sem uma vinculação clara à nova estrutura da Secretaria.

O Município enfrenta questões estruturais e operacionais que limitam a eficácia da assistência social na prestação de serviços à população vulnerável. A necessidade de melhorias na gestão, continuidade dos programas e aumento de recursos é evidente para garantir um atendimento adequado e eficaz. A baixa efetividade das políticas públicas em curso tem sido evidente, seja pelo quantitativo de pessoas em situação de rua ou vulnerabilidade social, seja pela intensa e reiterada cobranças vindas do Ministério Público.

Recentemente, um diagnóstico produzido pelo Conselho da Adolescente revelou uma grande defasagem nos atendimentos do CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Os serviços prestados estão aquém do necessário, com demora no atendimento e uma falta de procedimentos formalizados para compartilhamento de casos de violação de direitos. A criação de um novo CREAS foi sugerida para lidar com o aumento no número de casos, que atualmente excede 1.600, incluindo mais de 100 casos de violações de direitos.

A Secretaria oferece o serviço de passe livre para pessoas com deficiência, mas não há ações de inclusão produtiva regulares, exceto aquelas vinculadas ao Cadastro Único e à Fundação Educacional de Sete Lagoas, responsável por cursos de qualificação e oficinas de artesanato, que deveriam ser oferecidos em formato mais regular e alinhado com as oportunidades econômicas da cidade. As hortas comunitárias também são geridas pela fundação.

A precariedade do serviço de assistência social é estrutural, exacerbada pela rotatividade de profissionais a cada dois anos, o que impede a continuidade dos serviços e a construção de confiança dos usuários.

Os serviços de atendimento psicossocial são oferecidos dentro do CRAS e CREAS, mas operam em um ritmo menor do que o ideal. As políticas de proteção para mulheres são geridas pela recém-criada Secretaria Municipal da Mulher, focada no acolhimento de vítimas de violência, com implementação prevista até o final do ano. É necessário um diagnóstico detalhado, por território, sobre a situação das mulheres vítimas de violência.

O quadro de pessoal também precisa ser analisado, e as propostas quanto a isso estão no tópico sobre servidores públicos.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) não possui um programa específico para idosos, confiando na parceria com instituições como asilos e associações de cegos para suprir essa lacuna. Há que se repensar os valores investidos nessas políticas para melhoria da efetividade de atuação.

Hoje, suporte jurídico é oferecido de forma voluntária por núcleos de prática jurídica de faculdades de direito. A prefeitura deve buscar alternativas de fortalecer as iniciativas, inclusive, através de parcerias formais e envolvimento do Governo Estadual.

O atendimento integrado à família e os serviços de convivência realizados pelos CRAS estão aquém do ideal, apresentando uma atuação deficitária e limitada principalmente a atividades físicas, sem promover o fortalecimento de vínculos familiares. Na área da primeira infância, apesar de haver um programa coordenado, este sofre com a falta de recursos adequados para atender Sete Lagoas de forma efetiva.

Os recursos federais destinados à assistência social, quando não bem utilizados, resultam em diminuição dos repasses devido à falta de prestação de contas e à defasagem nos serviços prestados. Com uma gestão mais eficiente e proativa, o município pode integrar mais serviços e obter maiores repasses da União, reduzindo custos para o município e ampliando a cobertura dos serviços de assistência social.

A Secretaria de Assistência Social enfrenta problemas de implementação e manutenção de seus programas. Destaca-se a questão da primeira infância, e os serviços de convivência e atendimento às 18 mil pessoas abaixo da linha da pobreza. Apenas uma fração desta população recebe algum tipo de acompanhamento.

Os programas de média complexidade, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), precisam ter sua cobertura ampliada. O tratamento de doentes e dependentes químicos precisa ser melhor articulado junto à Saúde, aumentando a efetividade das ações e também reduzindo a demanda de vagas sobre o Centro POP.

A atual política pública para a população em situação de rua é ineficaz. Atualmente existem apenas ações de fornecimento de café da manhã, banho, serviço social e passagens para outras cidades. A maioria dos moradores de rua são dependentes químicos e, em parceria com famílias, comunidade, empresariado e demais setores da prefeitura, deve-se analisar o problema para buscar alternativas de maior efetividade neste setor.

O combate ao trabalho infantil é outra área problemática. Sete Lagoas foi multada em R\$ 250 mil por não executar atividades de combate ao trabalho infantil desde 2020. Existe uma oportunidade de converter essa multa, aplicada pelo Tribunal de Justiça, em projetos de erradicação do trabalho infantil que deve ser formulada no início da próxima gestão.

O quadro de pessoal também precisa ser analisado, e as propostas quanto a isso estão no tópico sobre servidores públicos.

As ações de acesso facilitado a serviços e benefícios, como cesta básica e tarifa social precisa ser reestruturado. E programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), precisam ter sua cobertura ampliada.

A cidade possui uma Central dos Conselhos, que funciona relativamente bem, com assessor jurídico, técnico social e secretária executiva. No entanto, há necessidade de repensar a inserção regional de Sete Lagoas, analisando possibilidade de consórcios intermunicipais ou núcleos de educação permanente para a área de assistência social, e a rede intersetorial.

O Conselho Tutelar de Sete Lagoas também enfrenta dificuldades significativas. Com apenas quatro equipes para atender uma população grande, a estrutura física é insuficiente, e há uma carência de recursos como carros, gasolina, computadores e espaços adequados. Em casos de emergência, os conselheiros muitas vezes se veem obrigados a levar as pessoas atendidas para suas próprias casas, devido à falta de locais apropriados e suporte logístico. Além disso, a crescente demanda relacionada ao tráfico de drogas aumenta os riscos e as dificuldades enfrentadas pelos conselheiros.

Também há que se analisar as propostas advindas da Conferência Municipal de Assistência Social e o conhecimento da comunidade, famílias e do Conselho de Assistência Social na reformulação e modernização das políticas do setor.

12. CULTURA

Sete Lagoas possui uma rica diversidade cultural, que é uma das suas maiores riquezas e fortalezas. No entanto, nos últimos anos, a comunidade cultural enfrentou dificuldades, principalmente devido à falta de suporte efetivo por parte do Poder Público. Para recuperar e valorizar essa cultura vibrante, é imprescindível retomar a eficácia das políticas culturais locais e adotar uma gestão mais ativa e inclusiva.

A cultura desempenha um papel fundamental não apenas na formação da identidade da cidade, mas também na educação, no turismo e em diversas outras áreas. Portanto, fortalecer a imagem de Sete Lagoas como um polo cultural é uma tarefa urgente. Para isso, a Prefeitura deve criar um calendário cultural dinâmico, que inclua eventos importantes, como o Caldo da Lua na Serra, a Festa do Folclore em agosto, a Semana da Consciência Negra em novembro e as Folias de Reis e Pastorinhas, além de promover as guardas de Congado, candomblé, capoeira, teatro, dança, seresteiros e corais.

A Casa de Cultura e o Casarão são espaços importantes para as atividades culturais, mas a falta de promoção adequada limita a participação da população. Grupos culturais precisam levar suas celebrações para espaços centrais da cidade para atrair mais público, já que eventos realizados em suas associações tendem a ter menor alcance.

Manter um diálogo aberto com os líderes culturais é essencial para entender as necessidades e desafios enfrentados pelos grupos locais. Isso inclui buscar alternativas para incrementar a Semana do Folclore e outros eventos, garantindo a participação dos principais representantes culturais e a valorização dos artistas da cidade. A comunicação intensa e a inclusão de diferentes grupos e comunidades são fundamentais para revitalizar a cena cultural.

É importante ressaltar que Sete Lagoas perdeu uma oportunidade significativa em 2021, quando Paraopeba foi reconhecida como líder cultural no estado. Apesar de sua rica cultura, Sete Lagoas ficou atrás, evidenciando a necessidade de um olhar mais atento e ações concretas que valorizem e apoiem a cultura popular, que é essencial para a identidade e a história do povo. Deve-se envidar esforços para corrigir essa situação.

A Prefeitura deve buscar parcerias e incentivos para a melhoria da infraestrutura das associações e centros culturais, além de implementar projetos que envolvam aulas de dança, canto e instrumentos musicais. Essas iniciativas garantem a perpetuação das tradições culturais entre as novas gerações e criam um elo entre a cultura e a educação, potencializando a economia local através de eventos e do artesanato.

Atividades como aulas de instrumentos e outras atividades manuais para estudantes, em parceria com as escolas, são formas eficazes de resgatar e envolver os jovens na cultura local. Ao integrar a cultura no cotidiano dos estudantes, a Prefeitura pode atuar como um elo entre diversas áreas, promovendo campanhas de saúde e incentivando o empreendedorismo.

Por fim, investir na cultura é garantir um futuro mais rico e diversificado para Sete Lagoas, promovendo a identidade cultural da cidade e contribuindo para o bem-estar da comunidade. A valorização da cultura local é, sem dúvida, um caminho promissor para o desenvolvimento social e econômico da cidade.

13. ESPORTE E LAZER

O esporte e o lazer desempenham um papel fundamental na qualidade de vida de uma cidade, contribuindo para a saúde física e mental da população e fortalecendo o senso de identidade e comunidade local. Diversas iniciativas precisam ser implementadas ou ampliadas para melhorar a infraestrutura e as oportunidades disponíveis, criando um ambiente propício para a prática esportiva e atividades de lazer.

Estas ações, além de garantirem momentos de lazer, também movimentam a economia, garantem engajamento de crianças e jovens e contribuem, inclusive, com questões de caráter social.

Deve-se pensar alternativas de como transformar a paisagem esportiva da cidade. Como realizadas modernizações e melhorias em equipamentos esportivos, como praças, parques, quadras, campos, lagoas, pistas de caminhadas, academias ao ar livre, ginásios e estádios, entre outros. Essas melhorias são essenciais para proporcionar à população espaços adequados e seguros para a prática de atividades físicas.

Além disso, a iluminação pública de qualidade, com a instalação de LEDs, pode ser um fator crucial para garantir a segurança durante a prática de esportes e lazer à noite. A presença de espaços bem iluminados não apenas incentiva a atividade física, mas também promove a saúde e a segurança da comunidade.

A Prefeitura também precisa buscar e fortalecer parcerias estratégicas com instituições e clubes de futebol e outros esportes, visando o fortalecimento do esporte de base. São iniciativas fundamentais para oferecer escolinhas de esporte regulares, que incentivam a participação de jovens em atividades esportivas, em parceria com a rede de ensino. Ao proporcionar acesso ao esporte desde a infância, a administração pública investe na formação de futuros atletas e cidadãos mais saudáveis. Além de criar alternativas de ocupação para crianças e jovens, distanciando-as de situações de risco social.

Além das melhorias nas infraestruturas esportivas, a disseminação das academias ao ar livre e a criação de novos espaços de lazer, como *“fut table”* (futebol de mesa), devem ser viabilizadas. A

captação de recursos, como emendas parlamentares, pode potencializar bastante a disseminação desses equipamentos públicos.

A criação ou expansão de ciclovias e pistas de caminhadas, juntamente com a melhoria das calçadas e passeios, vinculadas às políticas de planejamento urbano, têm um efeito positivo na mobilidade e na promoção de um estilo de vida ativo. É dever da prefeitura, revisar o orçamento e buscar recursos para investimento nesses temas.

Outra iniciativa importante é o reforço do calendário local de eventos esportivos, culturais e de lazer, que promove a interação comunitária e atrai visitantes, movimentando a economia da cidade. Esses eventos não só proporcionam entretenimento, mas também fortalecem o sentimento de pertencimento e engajamento dos cidadãos.

Investir em esporte e cultura é, sem dúvida, uma forma de transformar positivamente uma comunidade. A Prefeitura, ao priorizar essas áreas, demonstra seu compromisso em proporcionar à população espaços adequados, oportunidades e uma infraestrutura de qualidade, essencial para a promoção da saúde, do bem-estar e da coesão social. Dessa forma, o esporte e o lazer se tornam ferramentas valiosas para o desenvolvimento de uma cidade mais saudável, unida e vibrante.

14. SERVIDORES PÚBLICOS E CONTRATADOS

Os servidores públicos municipais são fundamentais para a prestação de serviços essenciais à população, sendo a principal forma pela qual a Prefeitura efetua essa importante tarefa.

Atualmente existem problemas decorrentes da instabilidade nos contratos de trabalho e a falta de avaliações periódicas, criando um ambiente de insegurança generalizado. Há uma preocupação crescente com a judicialização trabalhista devido às condições precárias de emprego, embora os processos judiciais sejam atualmente limitados.

Para garantir que esses profissionais estejam preparados para atender às demandas da sociedade, é crucial que a gestão pública atualize e revise o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV).

Um novo PCCV deve incluir uma análise detalhada das carreiras, levando em consideração novas demandas e avaliando a manutenção, exclusão ou valorização de quadros anteriores. Essa revisão é vital para assegurar que os servidores efetivos estejam capacitados para prestar serviços de qualidade e atender às necessidades da população.

Para o acompanhamento dos servidores e carreiras é fundamental que se tenha uma política de pessoal que acompanhe, avalie, capacite e promova a saúde do trabalho, garantindo suporte adequado tanto para os profissionais já em serviço quanto para aqueles que estão em processo de contratação.

Além de reforçar a importância de ter serviços essenciais providos por servidores efetivos, é fundamental considerar a participação de empresas privadas em serviços acessórios. Essa abordagem pode trazer maior efetividade e flexibilidade, permitindo que a administração pública se concentre em suas funções primordiais, enquanto parceiros privados gerenciam atividades secundárias.

Para melhorar a eficiência do serviço público, é necessário realizar concursos públicos que substituam contratos temporários e precários por profissionais efetivos. Essa mudança não apenas proporciona maior vínculo e comprometimento dos servidores com o funcionamento da Prefeitura, mas também contribui para a estabilidade dos serviços prestados.

Ademais, é imprescindível que os servidores tenham condições dignas de trabalho. Isso inclui a disponibilização de imóveis adequados, infraestrutura de qualidade e equipamentos modernos. Com um ambiente de trabalho apropriado, os servidores estarão mais motivados e capazes de oferecer um atendimento mais eficiente à população.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de rever e modernizar os processos administrativos. A redução da burocracia é essencial para melhorar a agilidade e a eficiência dos serviços públicos, tornando-os mais acessíveis ao cidadão.

Por fim, a transformação dos serviços públicos deve incluir a implementação de soluções de governo digital. Essa estratégia visa facilitar a vida do cidadão, permitindo o acesso a serviços de forma rápida e prática, sem a necessidade de deslocamentos desnecessários.

15. CAUSA ANIMAL

A maioria das ações nessa temática passam pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), que precisa de melhorias na estrutura e ampliação dos serviços oferecidos.

A cidade tem um contingente elevado de animais errantes, que demanda um programa intensivo de castração e conscientização da população. O uso intensivo de “castra móveis” e campanhas de adoção deve ser adotado.

Paralelamente, ações de conscientização sobre o abandono de animais são essenciais, assim como a integração de políticas de saúde pública, visando a prevenção de doenças transmitidas por animais. Por fim, a aplicação de leis existentes e a criação de novas legislações, como a lei de proteção animal, podem fortalecer a fiscalização e garantir a proteção dos animais em Sete Lagoas.

Com a existência de diversas iniciativas particulares de cuidado animal na cidade, a Prefeitura precisa aproveitar desta oportunidade para maximizar a efetividade do serviço.

As questões relacionadas aos animais de tração também devem ser abordadas e regulamentada pelo Poder Público, considerando tanto a proteção dos animais quanto a necessidade de suporte a trabalhadores que dependem deles.

16. SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Frente ao diagnóstico e propostas apresentadas, foram definidas prioridades claras, haverá foco em otimizar o uso dos recursos disponíveis e buscar fontes alternativas de financiamento.

A melhoria da gestão pública é um passo fundamental e deve ocorrer em paralelo às ações voltadas para outras temáticas propostas.

A reestruturação da administração municipal, que deve incluir a valorização das carreiras e dos servidores públicos. Profissionais motivados e reconhecidos tendem a apresentar melhor desempenho, resultando em serviços mais eficazes para a população.

Além disso, a infraestrutura de prédios públicos, equipamentos, insumos e materiais também precisa de uma revisão minuciosa. Muitos espaços e recursos utilizados pela administração municipal não estão em condições adequadas, o que compromete a qualidade dos serviços prestados. Investir na modernização dessas estruturas é fundamental para garantir um atendimento eficiente e de qualidade.

A modernização e simplificação dos serviços públicos também será perseguida. Isso envolve a revisão de processos internos e a reforma administrativa, com o objetivo de eliminar burocracias desnecessárias e facilitar o acesso da população aos serviços oferecidos. A digitalização de processos e a implementação de plataformas online podem ser alternativas eficazes para tornar os serviços mais ágeis e acessíveis.

Há um comprometimento visível do funcionalismo municipal, que, com diretrizes mais claras e uma estrutura de comando alinhada, pode transformar significativamente a cidade. É necessário que a administração municipal foque na identificação e atendimento das reais necessidades da população, priorizando ações que tenham impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos.

Com a implementação dessas ações, a Prefeitura de Sete Lagoas poderá fortalecer sua capacidade de entrega e responder de forma mais eficaz aos anseios da comunidade, contribuindo para um futuro mais promissor e sustentável para a cidade.